

ALUMO

O FUTURO DA MÃO DE OBRA NA REGIÃO

O Grupo A Hora e o Governo de Lajeado, com apoio da **ACIL – 100 anos**, realizam projeto inédito que busca identificar as carências e os potenciais da mão de obra no Vale do Taquari.

+ de 300

pesquisas com empresários de todos os portes e setores da região

+ de 600

pesquisas com alunos do ensino médio do setor público e privado das seis maiores cidades do Vale

Realização

GRUPPO A HORA

130
ANOS
Orgulho da nossa gente

PREFEITURA DE
LAJEADO

Apoio

ACIL 100 ANOS

Patrocínio

cascalheira
A base da sua construção

CEAT
VALOR EM EDUCAÇÃO

Sicredi

UNIVATES

RHODOSS
implementos rodoviários



DIAMOND
CONSTRUTORA

Hassmann
S.A.

políticacidania

Na volta do recesso, câmara aprova alteração da alíquota do IPE

Readequação era necessária para continuidade da assistência a 48 servidores inativos e pensionistas. Com nova emenda, votação da concessão de área à Fruki é protelada mais uma vez

Mateus Souza
mateus@grupoahora.net.br

LAJEADO



Ranzi pediu que o governo melhore interlocução com a câmara para facilitar votação de projetos

Mais tempo para análise

De novo, o projeto de lei que autoriza a cedência de área no bairro Hidráulica à Bebidas Fruki para perfuração de poço tubular não foi votado. Foi a terceira tentativa de apreciar a proposta, que encontra resistências. Houve pedido de adiamento por parte do vereador Sérgio Kniphoff (PT).

O petista, junto com outros dois vereadores, apresentou emenda aditiva ao projeto. Nela, a empresa assume, como contrapartida, uma série de cuidados ao Parque do Engenho, espaço em que a área está localizada.

Kniphoff pediu a convocação dos secretários municipais de Saúde e de Meio Ambiente para debater o projeto. “No projeto, fala em benefício a população com a perfuração do poço. Não entendi qual seria esse benefi-

cio, por isso faço esse pedido para que eles expliquem aqui na Casa”, comenta.

Obra polêmica

Outro pedido de convocação de Kniphoff foi para que o secretário de Planejamento, Urbanismo e Mobilidade, Giancarlo Bervian, explique a obra de extensão da calçada na esquina das ruas Borges de Medeiros e Benjamin Constant.

“Está ficando bonito, mas existem irregularidades nele. O escritório contratado pelo empreendedor é o do secretário que, ao invés de entrar com projeto de obra nova, entra com reforma”, lembra.

Mozart Lopes (PP), que foi confirmado novamente como líder de governo saiu em defesa do empreendimento e do secretário. “Toda mudança gera reação. Vamos dar um voto de credibilidade àquela obra”.



Paulo Guedes falou ontem sobre política de preços dos combustíveis

Governo avalia redução de imposto sobre combustíveis

Ministro questiona, porém, adoção de medida similar para a gasolina

PAÍS

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo avalia redução “moderada” de alguns impostos na elaboração da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis. O objetivo da medida é evitar os sucessivos aumentos no preço dos combustíveis. Guedes destacou que o governo estuda reduzir impostos sobre o diesel, mas questionou a adoção de medida similar para a gasolina.

“Estamos estudando isso com muita moderação, olhando exatamente para os impostos que poderiam ser moderadamente reduzidos. Pode ser que [em] um [imposto] sobre diesel [se] possa avançar um pouco mais. Mas, sobre gasolina, afinal de contas, se estamos em transição para uma economia verde, se estamos em transição para uma economia digital, será que deveríamos subsidiar gasolina?”, questionou o ministro em evento virtual sobre a economia brasileira realizado pelo banco Credit Suisse.

Segundo o ministro, a proposta seria “autorizativa”, com a adesão de estados para, entre outras medidas, reduzir as alíquotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Como contrapartida, o governo também reduziria impostos federais incidentes sobre o produto, a exemplo da contribuição do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Públi-

co (PIS/Pasep) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

“Se quiserem reduzir o ICMS, reduzam o ICMS para o Brasil girar melhor em cima do diesel. Por outro lado, se o governo federal também for autorizado; nós arrecadamos em torno de R\$ 17 [bilhões], quase R\$ 18 bilhões/ano de diesel; poderíamos reduzir um pouco isso aí também”, acrescentou.

Atualmente, o ICMS é calculado como um percentual do preço final. Isso faz com que o imposto flutue conforme os preços nas bombas, subindo quando a Petrobras reajusta os valores nas refinarias e baixando, quando ocorre o contrário.

O projeto obriga estados e o Distrito Federal a especificar a alíquota cobrada do ICMS de cada produto pela unidade de medida adotada (litro, quilo ou volume), e não mais sobre o valor da mercadoria, como ocorre atualmente. A proposta aguarda análise do Senado.

“Se eles acharem que tem de limitar o ICMS, e sair de ad valorem [percentual conforme o valor da mercadoria] para ad rem [valor fixo] e limitar, em vez de ser 34%, que seja 25%, 20%. É um problema político, eu não entro nessa discussão. Agora que é bem-vindo, em vez de pensar só em teto de gasto, pensar em teto de imposto, eu gosto da ideia”, afirmou.

Os sucessivos aumentos no preço dos combustíveis geraram queda de braço entre o governo federal e os estados. Por diversas vezes ao longo do ano passado, o presidente Jair Bolsonaro atribuiu aos estados parte da responsabilidade pelos aumentos dos combustíveis. O governo federal defende que o ICMS seja cobrado como um preço fixo por litro, como ocorre com os tributos federais.

A HORA
BOM DIA



Apresentação:
Adair Weiss

Diariamente
6h às 8h

RÁDIO 102.9
A HORA

PATROCÍNIO

